

## JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: UM ENSAIO TEÓRICO

**Nídia de Jesus Moraes**

Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.  
<http://orcid.org/0000-0003-2843-0363>

**Roberta Pasqualli**

Professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
<http://orcid.org/0000-0001-8293-033X>

**Marizete Bortolanza Spessatto**

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina.  
<http://orcid.org/0000-0003-0213-833X>

Data de submissão: 12/02/2021

Data de aprovação: 21/09/2021

### RESUMO

Este ensaio teórico discorre sobre juventudes, educação e trabalho no contexto contemporâneo brasileiro. Foi constituído numa abordagem qualitativa, produzido por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental envolvendo autores como Dayrell (2003), Guarnieri e Melo-Silva (2010), Martins e Carrano (2011), Moura (2013), Jardim e Almeida (2016), Silva e Silva (2015), entre outros. O corpus de análise teórica e documental envolveu publicações em periódicos, trabalhos acadêmicos e documentos oficiais que abordam o tema. Deseja-se aqui ampliar a reflexão acerca do papel atribuído às juventudes ao longo da história brasileira e de como se dá o acesso desses ao ensino superior. Como repercussões, destaca-se que, muito embora tenha havido a ampliação de ofertas de vagas em universidades já existentes, com a abertura de novas universidades e a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), atendendo também à educação superior, o Brasil ainda enfrenta problemas para garantir o acesso, a permanência e o êxito de jovens das classes menos privilegiadas na educação superior.

**Palavras-chave:** juventudes; trabalho; educação.

### *YOUTH, EDUCATION AND THE LABOR MARKET: A THEORETICAL TEST*

### ABSTRACT

*This theoretical essay discusses youth, education and work in the contemporary Brazilian context. It consisted of a qualitative approach, produced through bibliographic research and documentary analysis involving authors such as Dayrell (2003), Guarnieri and Melo-Silva (2010), Martins and Carrano (2011), Moura (2013), Jardim e Almeida (2016), Silva and Silva (2015), among others. The corpus of theoretical and documentary analysis involved publications in journals, academic papers and official documents that address the theme. The intention is to broaden the reflection about the role attributed to youth*

*throughout Brazilian history and how they gain access to higher education. As repercussions, it is noteworthy that, although there was an expansion of vacancies in existing universities, with the opening of new universities and the creation of the Federal Network for Professional, Scientific and Technological Education (RFEPCT), also attending to education higher education, Brazil still faces problems to guarantee the access, the permanence and the success of young people of the less privileged classes in the superior education.*

**Keywords:** youth; job; education.

## JUVENTUD, EDUCACIÓN Y MERCADO LABORAL: UN ENSAYO TEÓRICO

### RESUMEN

*Este ensayo teórico analiza la juventud, la educación y el trabajo en el contexto brasileño contemporáneo. Consistió en un enfoque cualitativo, producido a través de la investigación bibliográfica y el análisis documental en el que participaron autores como Dayrell (2003), Guarnieri y Melo-Silva (2010), Martins y Carrano (2011), Moura (2013), Jardim e Almeida (2016), Silva y Silva (2015), entre otros. El corpus de análisis teórico y documental involucró publicaciones en revistas, trabajos académicos y documentos oficiales que abordan el tema. La propuesta es ampliar la reflexión sobre el papel atribuido a los jóvenes a lo largo de la historia brasileña y cómo acceden a la educación superior. Como repercusiones, cabe destacar que, si bien hubo una expansión de ofertas de vacantes en universidades existentes, con la apertura de nuevas universidades y la creación de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica (RFEPCT), atendiendo también a la educación superior (educación - TIRAR), Brasil todavía enfrenta problemas para garantizar el acceso, la permanencia y el éxito de los jóvenes de las clases menos privilegiadas en la educación superior.*

**Palabras clave:** juventud; trabajo; educación.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto foi constituído com o objetivo de contribuir com as discussões acerca do tema juventude, considerando políticas públicas e as ações desenvolvidas nas instituições de ensino (entre elas as atividades pedagógicas), que levem em consideração as condições sociais dos estudantes com ingresso tardio e a necessidade de incluir as NTDIC no ambiente institucional. Caracterizado como um estudo de abordagem qualitativa, o texto foi produzido por meio de pesquisa bibliográfica em livros, periódicos e trabalhos acadêmicos e, também, da análise em documentos oficiais brasileiros. Tanto a pesquisa bibliográfica quanto a análise documental trataram da inter-relação entre juventudes, trabalho e educação. Constam autores como Dayrell (2003), Guarnieri e Melo-Silva (2010), Martins e Carrano (2011), Moura (2013), Jardim e Almeida (2016), Silva e Silva (2015) entre outros.

A investigação do tema toma como ponto de partida o papel atribuído às juventudes ao longo da história brasileira. Questiona-se se a juventude é um tempo que pode ser medido biologicamente e, ao longo do texto, busca-se analisar como, em diferentes momentos históricos, a questão foi tratada. Conclui-se com a observação

acerca de como autores contemporâneos tratam da relação entre juventudes, trabalho e educação.

Observa-se, nas últimas décadas, a ampliação da oferta de cursos superiores, tanto quantitativa quanto geograficamente. A abertura de novos *campi* em universidades já existentes, a criação de novas universidades e da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) levaram, entre outras ofertas, a possibilidade de ingresso em cursos superiores em regiões até então distantes do ensino superior público. Entretanto, para além do ingresso às instituições de ensino, é necessário um olhar atento ao processo de permanência e êxito, especialmente dos jovens com ingresso tardio, arriscando, caso não se tenha atenção a isto, que esses jovens sejam apenas números nas estatísticas de evasão.

Pensar o tema demanda tratar da contradição gerada pelas mudanças nos meios de produção, que exigem cada vez mais trabalhadores qualificados, ao mesmo tempo em que o ingresso precoce daqueles que pertencem às classes sociais menos privilegiadas no mercado de trabalho torna difícil sua permanência nos bancos escolares e êxito nos estudos. É uma questão que precisa do olhar atento de todos os setores, especialmente daqueles que atuam nas instituições de ensino.

Para atingir o objetivo expressado anteriormente o texto está estruturado em três seções. Na primeira, nomeada 'considerações iniciais', destaca-se a introdução à temática proposta para o estudo e o processo metodológico utilizado para a elaboração deste ensaio teórico. Na segunda, nomeada 'fundamentação teórica', apresenta-se a discussão teórica privilegiada, dando corpo ao ensaio teórico proposto. A terceira seção apresenta as considerações finais e, por fim, são apresentados os referências teóricas trazidos para esta discussão.

Este trabalho segue os preceitos da abordagem qualitativa. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 34), quando se utilizam dessa perspectiva metodológica, os pesquisadores "[...] buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não qualificam os valores e as trocas simbólicas e nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação)".

Zanette (2017, p. 153) também defende esse percurso metodológico, alegando que:

Um bom trabalho científico, que utiliza metodologia mais próxima da realidade a ser pesquisada, deve ser aquele que propicia ao pesquisador "colocar-se no papel do outro", ou seja, compreender a realidade pela visão dos pesquisados como forma de aproximação entre a vida e o que vai ser investigado. Para isso, ainda um melhor caminho é através da pesquisa qualitativa com metodologia que vise compreender a questão do humano através da dimensão educacional. (ZANETTE, 2017, p. 153).

Minayo (2002), por sua vez, destaca que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p.21-22).

Com esse viés, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com seleção de artigos científicos publicados em revistas, em teses, dissertações e livros, utilizando como categorias de busca as palavras 'juventude, trabalho, educação' e, posteriormente, ampliando os termos de busca para incluir a investigação acerca do ingresso tardio dos jovens brasileiros na educação superior.

Para Silva e Pasqualli (2020, p. 4), “a metodologia de um estudo puramente teórico não pode fugir de um caminho que é exclusivo, isto é, o da pesquisa bibliográfica”. Para Gil (2008), esta pesquisa é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A busca em legislações faz parte da análise documental, o que, para Gil (2008), se caracteriza como materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de primeira mão (arquivos de igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. (GIL, 2008).

Na sequência, apresenta-se o corpo teórico de análise e discussão do ensaio proposto.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 As Juventudes Brasileiras

Segundo a Lei nº. 12.852/2013 que instituiu o Estatuto da Juventude, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL 2013). Fruto de debates e amplas discussões em espaços de participação social, o Estatuto da Juventude é um marco na garantia de direitos geracionais no país, junto com o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, dando um novo rumo às políticas para a juventude e consolidando a categoria como constituinte de sujeitos de direitos. É importante recordar que o conceito de juventude era atribuído, nos primeiros programas sociais, aos jovens em situação de risco que dependiam de ações governamentais para serem reintroduzidos na sociedade. Dessa forma, o Estatuto da Juventude possibilitou uma nova perspectiva, dando a esses o papel de protagonistas nas políticas públicas destinadas a essa categoria (CASTRO; MACEDO, 2019).

O critério de faixa etária passou a ser utilizado por muitos países para classificar a juventude a partir da Conferência Internacional da Juventude, realizada em 1964, em Grenoble, na França, reforçando o período como de transição para a vida adulta. Entretanto, não é possível utilizar apenas a idade como padronização, pois carrega consigo outros elementos que o recorte etário homogêneo esconde, como diferenças e desigualdades que podem variar historicamente e socialmente. (CASTRO; MACEDO, 2019).

A juventude é uma categoria socialmente construída na idade moderna ocidental para atender aos anseios da sociedade industrial por um novo mercado consumidor. É compreendida a partir de duas vertentes que se apresentam, de um lado, pelo viés biológico, utilizado de forma ampla nas políticas públicas de vários países como “aquela que entende e define juventude por um viés natural, a partir do desenvolvimento biológico e psicológico dos indivíduos” e, do outro, conceituado pelas Ciências Humanas como “[...] categorias socialmente construídas, portanto, históricas e passíveis de mudanças no tempo e no espaço”. (CASSAB, 2010, p. 40). Essa última vertente é a empregada neste texto, por se entender que a juventude é construída socialmente, mas que não é a única. Ela é diversa e inclui fatores culturais, históricos, geracionais, de classe, de gêneros, região etc. Para Peralva (1997 *apud* Dayrell, 2003, p. 40) “a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação” Dayrell (2003) opta pelo conceito de juventudes, relatando que:

Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade,

em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. (DAYRELL, 2003, p. 41-42).

Sendo assim, concorda-se com o autor e passa-se a empregar o termo 'juventudes' ao longo deste trabalho. É necessário observar que, na atualidade, no Brasil, as juventudes vêm passando por grande processo de transformação pois, como já citado, essa categoria não é hegemônica e nem estática no tempo. Ela é formada por aspectos plurais que determinam sua forma de ser e de se expressar, sofrendo influências de aspectos sociais. Desse modo, pode-se verificar formas de participação juvenil diferenciadas ao longo da história do país. Com a democratização, após o período ditatorial, novas formas de participação passaram a fazer parte da agenda política e, com elas, entrou em cena um novo protagonista: a juventude popular. Junto com outros segmentos sociais, esse grupo vem ocupando novos espaços de participação. Para Santiago, Nascimento e Moreira (2016), a partir da democratização do país, a participação política na sociedade brasileira passou a ser compreendida de outra maneira:

[...] não mais centrada em uma atividade eminentemente institucionalizada ou formalizada, a exemplo da participação em partidos políticos ou sindicatos. A participação nos movimentos sociais e grupos associativos juvenis, a qual traz uma roupagem mais dinâmica e plural para a cena pública, com novos arranjos organizativos e temáticos, passa a ser considerada como nova forma e canal de participação da juventude na sociedade atual, possibilitando, portanto, se repensar a política como uma ação cotidiana que perpassa as relações sociais, alcançando além das relações e espaços formalizados. Participação que reforça a democracia participativa, agregando os vários sujeitos da sociedade civil, contribuindo para uma nova institucionalidade política que preserva e considera a diversidade político-cultural da sociedade, através das diversas práticas participativas, contemplando a lógica da inclusão. (SANTIAGO; NASCIMENTO; MOREIRA, 2016, p. 55).

É importante lembrar que a presença dos jovens nas lutas sociais no Brasil passou a ser reconhecida a partir dos anos 1950, apresentando sua maior expressividade nos movimentos contrários ao regime ditatorial, iniciado em 1964, devido ao engajamento político de estudantes universitários oriundos das classes média e alta da sociedade brasileira. A juventude passou a ser, então, reconhecida como uma categoria que, além de social e histórica, tem importante função política. No movimento pela redemocratização, entretanto, os jovens da classe trabalhadora permaneceram no anonimato, diferente dos dias atuais (SILVA, 2015).

Ainda, a partir dos anos 1980, com a redemocratização do país e as mudanças de ordem econômica, as juventudes começaram a redefinir seus valores e estilos. Silva (2015) aponta dois fatores ligados à globalização da economia que modificaram esse cenário:

Atuação dos meios de comunicação de massa que, em função do avanço tecnológico, alcança um número cada vez maior de pessoas e atua de forma mais eficiente no processo de alienação; e a necessidade, por parte do capital, de ampliação do mercado consumidor, que enxergava na juventude um público potencial. (SILVA, 2015, p. 50).

Ser jovem passou a ser um estilo de vida a ser vendido como uma mercadoria. Roupas, cremes anti-idade, antirrugas, tintura de cabelo, tratamentos estéticos: assumir o envelhecimento não é aceito na sociedade capitalista. Criou-se, assim, um conceito específico de juventude como um bem de consumo. Para além da diversidade de culturas, as juventudes brasileiras podem ser divididas entre os que consomem e os que tentam consumir, ou seja, entre classes sociais. Essas já marcam a primeira diferenciação, visto que a classe social vai determinar os espaços a serem ocupados, ou

seja, o meio concreto que determinará a formação dos jovens e o lugar que ocupam na sociedade.

## 2.2 Categorias de análise teórica

### 2.2.1. Juventude, trabalho e educação

O ingresso dos jovens na educação e no mundo do trabalho é marcado por sua origem social. No Brasil, grande parte dos filhos da classe trabalhadora se vê obrigada a ingressar precocemente no mercado de trabalho, na maioria das vezes em empregos precarizados, informais, sem direitos trabalhistas, com menores salários. A violência, outro fator que atinge a juventude pobre do país, faz com que pessoas nessa faixa etária representem 70% da população carcerária, criando um grave problema social e condenando-os a uma vida estigmatizada (SILVA; SILVA, 2011, p. 665). Para Silva e Silva (2011), um jovem de classe baixa:

[...] entra em confronto com várias manifestações da questão social, indicando que as desigualdades econômicas, sociais e culturais dividem esse segmento em duas juventudes distintas: os que conseguem usufruir da condição de “ser jovem” e os que passam da infância diretamente à condição de vida adulta, inserindo-se no mercado de trabalho formal ou informal precocemente, ou, ainda, ingressando no mundo da marginalidade. (SILVA; SILVA, 2011, p. 665)

A juventude é marcada pela classe. Seu início e seu fim dependerão da origem social de cada sujeito, o que determina responsabilidades diferenciadas para pessoas de classes sociais distintas. Cotidianamente, observam-se cobranças e punições desiguais para jovens da mesma faixa etária, o que revela essa desigualdade de tratamento. Como exemplo, um delito pode ser aceito como imaturidade ou como crime, dependendo de quem o realiza. A mídia também se posiciona de formas diferenciadas ao se divulgar com algum delito. É muito comum escutarmos nos jornais que ‘jovem traficante foi preso em tal favela’ ou que ‘jovem estudante da Zona Sul foi pego com cocaína no carro’. O delito pode ser o mesmo, mas há uma condenação prévia determinada pela classe social, delimitando o espaço de cada sujeito em nossa sociedade. Carrano (2011, p. 11 – grifos no original) afirma que:

[...] nem todos os jovens vivem a sua juventude como uma situação de trânsito e preparação para as responsabilidades da vida adulta. Isso significa dizer, por exemplo, que para jovens das classes populares as responsabilidades da “vida adulta”, especialmente a “pressão” para a entrada no mercado de trabalho, ou ainda a experiência da gravidez, da maternidade e da paternidade chega enquanto esses estão experimentando um tipo determinado de vivência do tempo de juventude. (CARRANO, 2011, p. 11).

Nesse sentido, a vida adulta chega mais cedo para as classes baixas, com as responsabilidades iniciadas com o ingresso precoce no mercado de trabalho. Nesse contexto, trabalhar passa a ter pouca contribuição no processo de humanização, pois não abre perspectivas para a ampliação de potencialidades e construção de uma imagem positiva, mostrando-se insensível às necessidades dos jovens em construírem-se como sujeitos. (DAYRELL, 2003).

Também, para esse grupo, o ingresso, a permanência e o êxito nas instituições de educação formal são problemáticos. No Brasil, fortes traços de exclusão marcam o acesso à educação ao longo da história, visto que há um visível privilégio das classes altas nessa política. Mesmo que, nas últimas décadas, tenha havido um processo de democratização que possibilitou a estudantes oriundos de famílias de baixa renda ocupar seus espaços nessas instituições, esses ambientes não estavam e ainda não estão preparados para atender esse novo estudante. Isso gera dificuldade de adaptação e conflitos no ambiente escolar, causando menor aproveitamento dos estudos e, em alguns casos, a evasão escolar (SILVA, 2015).

Nesses ambientes, os jovens buscam se expressar e a escola tradicional não os reconhece como um retrato da juventude, por ter como modelo comportamental representações sociais da juventude em uma “perspectiva de um ser em construção cujos elementos constitutivos são dados de acordo com os valores ideais das classes média e alta” (CARRANO; DAYRELL, 2003 apud MARTINS; CARRANO, 2011, p. 50). Ainda de acordo com Martins e Carrano (2011, p. 50), “qualquer outra possibilidade de expressão juvenil corre o risco de ser classificada como inadaptação aos padrões sociais determinantes para o conjunto dos sujeitos aprisionados em uma determinada faixa etária”. Dessa forma, entende-se que os conflitos existentes no ambiente das instituições podem ser estimulados por pontos de vistas diferentes: de um lado, o estudante não reconhece mais o ambiente escolar rígido e padronizado e se expressa de formas que as instituições não reconhecem como ‘normais’ (SILVA, 2015). Sem a formação do seu quadro para compreender a diversidade de perfis dos sujeitos que constituem as escolas, essas instituições não conseguem formular estratégias que abarquem as culturas juvenis que passaram a fazer parte daquele ambiente.

A trajetória escolar ainda é, para um grupo significativo de estudantes, um desafio determinado pelas condições de vida que, em muitas situações, levam à interrupção dos estudos. Essa realidade é comumente presente na vida dos sujeitos de escolas públicas que, como já citado, ingressam precocemente no mercado de trabalho, dificultando a continuidade dos estudos. Assim como na educação fundamental e de nível médio, a formação da juventude das classes populares em outros níveis de ensino também é incerta. Até 20 anos atrás, o ingresso nas instituições de ensino superior públicas era muito reduzido. Este panorama passou a mudar a partir de 2000, quando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense passaram a utilizar as cotas sociais e étnico-raciais em seus processos seletivos, movimento que incentivou outras instituições a aderirem ao sistema de cotas em seus vestibulares (GUARNIERI; SILVA, 2010).

Outras ações governamentais foram implementadas nesse sentido, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), cujo objetivo é a concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais para estudantes oriundos de famílias com renda mensal *per capita* de até 1,5 salário-mínimo em universidades privadas (BRASIL, 2005); a publicação do Decreto nº. 6.096/2007, que regulamentava o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e que ampliou as vagas nas universidades públicas (BRASIL, 2007). Ainda, majorou-se o número de vagas no ensino superior, com a expansão da RFEPCT em todo o território nacional, iniciada em 2005. As instituições que faziam parte da Rede passaram “a ter também como objetivo e finalidade a educação superior em várias áreas, como também pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, embora com ênfase na formação tecnológica” (PEREIRA *et al.*, 2015, p. 324).

Em 2012, foi aprovada a Lei 12.711/2012, que regulamenta a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas nas instituições federais. Também naquele ano foi adotado o Sistema de Seleção Unificada (SISU) como processo seletivo, permitindo que os estudantes concorressem às vagas das instituições com as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para Jardim e Almeida (2016), a utilização do ENEM como método seletivo acoplado às ações afirmativas foi o ‘pulo do gato’ das políticas de acesso à educação superior a partir do governo Lula (2003-2011). Os estudantes de classe média baixa e de baixa renda que já lutavam por acesso, a partir do uso do ENEM, tiveram suas chances ampliadas, pois passaram a ter mais oportunidades de ultrapassar a barreira da restrição competitiva no vestibular das universidades públicas.

Para Jardim e Almeida (2016, p. 79), das ações acima elencadas, o ProUni merece destaque, pois este Programa possibilitou que “[...] indivíduos mais velhos, casados, com filhos, provedores de família e moradores de bairros periféricos pudessem acessar o ensino superior”. Talvez, em proporção, esse programa possa ter incluído um número maior de estudantes adultos nas universidades de ensino superior privadas do que públicas, mas com as ações afirmativas, esses também estão tendo a oportunidade de ingressar em instituições federais. Uma pesquisa realizada no ano de 2018, em 63 Universidades Federais e dois Centros Federais de Educação Tecnológica, mostrou um aumento gradativo de estudantes com idade superior a 30 anos nesses espaços, em comparação com pesquisas anteriores. No ano de 2016, o percentual desse público nas salas de aula da educação superior era de 10% e, em 2018, chegou a 14,8% (FONAPRACE; ANDIFES, 2019).

Ao se sinalizar para esse perfil de estudantes presentes na educação superior, faz-se necessário discutirmos o conceito de ‘adulto’. Nos dicionários atuais, o termo significa “[...] que ou o que atingiu o máximo do seu crescimento e a plenitude das suas funções biológicas” (GREGORIM, 2008, p. 23); nas versões mais antigas, como na de 1960 do dicionário Aurélio, o termo adulto era classificado como “que chegou ao uso da razão ou à idade vigorosa” (FERREIRA, 1960, p. 31). Entretanto, assim como as juventudes não podem ser entendidas como uma categoria determinada pelo viés biológico, a vida adulta também o não. Para Raposo e Günther (2008), fazer isso seria dizer que essa fase da vida é estática e, embora se reconheça nesse estágio uma certa estabilidade, se comparado aos demais ciclos da vida, há variações decorrentes de determinantes biológicas, de eventos ou de expectativas sociais. Isso posto, embora com algumas características determinadas pela vida em sociedade, o adulto também tem sua construção social forjada pelo meio social em que vive e isso pode ser percebido na forma de acesso à educação e ao mundo do trabalho.

Para os mecanismos oficiais, como é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE), a idade ideal para frequentar o ensino superior é entre 18 e 24 anos. (BRASIL, 2014). No entanto, é possível deduzir que o atraso e a evasão escolar no ensino fundamental e médio e o ingresso no mercado de trabalho interferem no acesso às instituições de ensino superior. Como já citado, na realidade brasileira, as condições de vida dos estudantes fazem da trajetória escolar um desafio diário e, em muitas situações, concomitante aos estudos, eles se veem obrigados a ingressar no mundo do trabalho para prover seu sustento ou auxiliar na renda familiar. Conforme Moura (2013, p. 148): “A extrema desigualdade socioeconômica brasileira obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar, muito antes dos 18 anos de idade, a inserção no mundo do trabalho, visando complementar a renda familiar ou até a autossustentação”.

Nesse cenário, a formação deixa de ter prioridade e o trabalho passa a ser a atividade central. A volta aos estudos, quando se dá depois de longo tempo de afastamento, para muitos, é a realização de um sonho e abre oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, melhora as condições de vida. Jardim e Almeida (2016, p. 76) afirmam que os trabalhadores-estudantes que viram nos recentes programas de acesso ao ensino superior uma oportunidade, certamente têm preocupações e desafios distintos do estudante típico ideal. Eles têm uma jornada de trabalho a cumprir e alguns já construíram famílias, além do lapso de tempo que permaneceram afastados dos estudos. Isso requer formas diferenciadas para atendê-los e demanda das instituições de ensino estratégias diferenciadas daquelas voltadas aos demais estudantes e que corroborem para o sucesso no percurso acadêmico. Diante desse quadro, faz-se necessário criar alternativas de enfrentamento das dificuldades enfrentadas por esses estudantes, com novas propostas educativas para o desenvolvimento de uma formação plena das potencialidades humanas.

Jardim e Almeida (2016) lembram que possibilitar a formação de nível superior aos estudantes das classes sociais menos favorecidas tem influências positivas no combate às desigualdades sociais. Entretanto, essa ação, caso ocorra de forma isolada, sem o emprego de outras políticas públicas, não dá conta do enfrentamento dos mecanismos de produção e reprodução de nossa estrutura que é extremamente desigual. Para os autores:

[...] frente a um mercado de trabalho escalonado em degraus tão altos, o acesso ao ensino superior cumpre mais uma função simbólica, do ponto de vista do trabalhador estudante, e seletiva, do ponto de vista das empresas contratantes, do que efetivamente resulta em acesso a postos de trabalho mais protegidos, mais bem remunerados ou cujas competências demandadas relacionem-se à qualificação. (JARDIM; ALMEIDA, 2016, p. 80).

É necessário o planejamento na oferta de formação e o investimento em políticas para ampliação de postos de empregos formais. Ainda, a certificação em massa em determinadas áreas, causa um excedente de profissionais que não são absorvidos pelo mercado, causando diminuição das remunerações e o desemprego. Portanto, é necessário ações governamentais que incidam sobre o desemprego, planejando a formação e aumentando os postos de trabalho.

### 2.2.2 Formação, mundo do trabalho e tecnologias digitais da informação e comunicação

A sociedade vive, na atualidade, grandes modificações que foram impulsionadas pelos avanços das tecnologias digitais e, nesta direção, a formação profissional deve acompanhar estas mudanças. Desta forma, as Novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (NTDIC) devem fazer parte da formação escolar, tanto quanto dos conteúdos dos currículos profissionais quanto em sala de aula auxiliando os docentes com novas metodologias de ensino.

As transformações recentes na sociedade possibilitaram a comunicação em massa e trouxeram também uma nova forma de viver e de aprender. A juventude hoje tem acesso rápido às novas tecnologias como celulares, computadores, tabletes entre outros e, por conta deste, sofrem a influência dos conteúdos midiáticos globais que se manifestam diretamente no interior das instituições de ensino (SILVA, 2015). Desta forma, há o desafio de incorporar as novas tecnologias no ambiente educacionais, visto que essas podem contribuir de forma positiva para o processo de aprendizado. Caso isso não ocorra, corre-se o risco de perder o interesse dos alunos, pois as relações sociais na contemporaneidade estão sendo construídas, em grande parte, com a utilização de diversos artefatos tecnológicos que, aliados à flexibilidade de acesso à internet, têm ampliação das condições de uso de diferentes mídias no espaço virtual, acentuando cada vez mais a cultura digital na sociedade e as instituições de ensino não podem ficar alheias, pois correm o risco de ampliar o distanciamento entre as instituições e estudantes (BRANDALISE, 2019).

Para Brandalise (2019, p. 4) existe uma mobilização “[...] para a disseminação da cultura digital na sociedade atualmente e, por consequência, na educação, fazendo com que se reflita sobre as práticas pedagógicas e a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem realizado nas escolas”. Para Borges (2018) isto ocorre, pois estamos inseridos em uma sociedade que tem suas atividades cada vez mais informatizadas e com isso os entendimentos e conhecimentos são ampliados para além das condições socioculturais do ambiente em que estamos inseridos e as NTDIC são recursos que podem propiciar o estímulo do ensino e a produção de novos conhecimentos científicos e culturais. Essas ainda podem representar a inclusão de uma educação democrática, já que são capazes de proporcionar a integração dos estudantes nos diversos espaços das redes tecnológicas que estão presentes em nosso dia a dia. No entanto, apesar do uso de novas tecnologias estarem presentes nos objetivos das políticas educacionais em muitas

instituições de ensino essas são, em muitos casos, limitadas a atividades pontuais, sem uma efetiva integração com os currículos. (BRANDALISE, 2019). Esta realidade é muito presente nas instituições públicas de ensino que têm na realidade socioeconômica de seus estudantes um desafio cotidiano e desta forma essas têm importante papel na inclusão tecnologia de seus estudantes, não somente no acesso, mas também em como acessar e quais conteúdos acessar. Apesar de uma maior democratização no acesso às novas tecnologias e das redes, essas ainda são muitos subaproveitadas não representando, para muitos, uma inclusão efetiva. Isto é ratificado por Castells, (2005, apud Souza e Tamanini 2019, p.181) quando relatam que:

Um excluído digital tem três grandes formas de ser excluído. Primeiro, não tem acesso à rede de computadores. Segundo, tem acesso ao sistema de comunicação, mas com uma capacidade técnica muito baixa. Terceiro, é estar conectado à rede e não saber qual o acesso usar, qual a informação buscar, como combinar uma informação com outra e como a utilizar para a vida. Esta é a mais grave porque amplia, aprofunda a exclusão mais séria de toda a História; é a exclusão da educação e da cultura porque o mundo digital se incrementa extraordinariamente. (CASTELLS, 2005 apud SOUZA; TAMANINI, 2019, p. 181)

Sendo assim, não basta ter acesso às redes e aos dispositivos tecnológicos, é preciso saber beneficiar-se do conhecimento disponibilizado por esses. Para Macedo e Oliveira (2018) não há dúvidas quanto aos benefícios que a tecnologia da informação oferece no acesso às informações e que essa pode ser um componente que auxilia na aprendizagem, como ambientes socializadores e produtores de conhecimento, entretanto as autoras ressaltam que “não se pode esperar que os alunos aprendam a pensar, aprendam a ser críticos, mais humanos ou que desenvolvam compaixão somente pelo ato de estudar através do computador” (MACEDO; OLIVEIRA, 2018, p.5). Nesse sentido, as novas tecnologias devem ser aliadas aos currículos e ao trabalho docente, sendo a ação do professor fundamental para conectar o estudante à sociedade de forma a desenvolver uma criticidade sobre as relações sociais existentes.

Ainda às NTDIC estão presentes no mundo do trabalho tanto na exigência de profissionais especializados quanto na atualização de profissões tradicionais, como ocorre com os docentes. Com os avanços das tecnologias digitais, especialmente da internet, novas atividades foram sendo incorporadas aos processos de trabalhos, outras extinguiram, possibilitando novas formações profissionais. As tecnologias digitais trazem um cenário em que há a necessidade cada vez maior de profissionais especializados e cada vez menos postos de oferta de emprego causando o desemprego e uma disputa acirrada pela ocupação nos espaços de trabalho, isto se explica, pois a cada novo ciclo do capitalismo, as bases técnicas são cada vez mais mecanizadas, ampliando o exército de reserva de trabalhadores que se apresenta maior do que nos ciclos anteriores, causando o desemprego e a diminuição dos salários. (AQUINO, 2008). Por este motivo, a formação profissional deve estar equilibrada com o mercado de trabalho. Como já citado, é necessário ações governamentais de planejamento na oferta de formação e no investimento em políticas para ampliação de postos de empregos formais.

Neste sentido, o planejamento da formação profissional deve considerar as demandas por mão de obra qualificada em nível local e territorial, considerando as potencialidades produtivas da região, pois caso haja uma oferta demasiada de formação profissional por região tem-se a “possibilidade de ao invés de emancipá-los, transformar os territórios de abrangência em ‘celeiros de mão de obra qualificada’” (SAMPAIO, 2013, p.63, grifos do autor). Ainda para o autor:

Avalia-se que a formação profissional resultante da ação do Estado deve se sustentar no maior enlevo ao protagonismo, empreendedorismo, maior interação e cooperação entre os atores locais nos sistemas e arranjos de produção locais – onde os indivíduos pertencem originalmente. Isso implica considerar também o

atendimento a demandas efetivas ou potenciais destes lugares. Portanto, cabe apontar e avaliar estrategicamente as potencialidades produtivas e inovativas locais para, a partir daí, alimentar e planejar estrategicamente a oferta pública de educação profissional (SAMPAIO, 2013, p 63).

Neste sentido, há o desafio não apenas de formar profissionais sintonizados com as novas tecnologias, mas 'conectá-los' ao mercado de trabalho mediante a oferta de capacitação profissional que possibilite a inserção nos postos de trabalho e não apenas uma certificação. Entretanto é preciso ter a clareza de que a formação profissional deve ser acompanhada de um processo de formação democrática que possibilite aos estudantes compreender e analisar a realidade de forma crítica.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debruçarmo-nos sobre o tema juventudes, compreendemos que a categoria (inicialmente vista como uma forma única de juventude) foi criada na idade moderna ocidental para atender aos anseios da sociedade industrial por um novo mercado consumidor. As juventudes não podem ser reduzidas a uma questão de faixa etária, visto serem constituídas por fatores históricos e sociais.

No Brasil, os jovens começaram a emergir como uma categoria com o protagonismo político assumido no período da Ditadura Militar, com a participação de estudantes universitários oriundos das classes média e alta da sociedade brasileira. Na atualidade, a participação juvenil tomou outros contornos, ampliando a participação das juventudes advindas das classes populares pela ocupação também de espaços democráticos da sociedade civil e apresentando-se como protagonistas em muitas políticas públicas.

A realidade brasileira é marcada por desigualdades sociais que submetem grande parte dos jovens à violência, ao ingresso precoce e ou precário no mercado de trabalho, ao desemprego e ao abandono escolar. Não obstante, em meio à grande desigualdade existente, algumas ações governamentais foram realizadas no sentido de democratizar o acesso à educação pública e ao ensino superior, entre elas a criação da RFEPCT, que levou educação superior pública a muitas regiões que, até então, estavam desprovidas dessa oferta. Essas ações democratizaram o acesso e modificaram o perfil dos estudantes, trazendo novos desafios para as instituições de ensino. Por outro lado, a formação de nível superior por si só não consegue incluir grande parte desses estudantes no mercado formal de trabalho, visto que o problema do desemprego na sociedade capitalista é estrutural e, assim sendo, é necessário ações governamentais que incidam sobre o mercado de trabalho.

Outro desafio é incluir as NTDIC na formação profissional tanto nos currículos quando como instrumento de inclusão em sala de aula. Desafio que ainda se faz presente em muitas instituições públicas de ensino.

Nessa direção, este trabalho visou contribuir com as discussões acerca do tema, dada a importância de que as políticas públicas e as ações desenvolvidas nas instituições de ensino, entre elas as atividades pedagógicas, levem em consideração as condições sociais dos estudantes com ingresso tardio e a necessidade de incluir as NTDIC no ambiente institucional. Com um quadro histórico de desvantagem em relação ao acesso das classes trabalhadoras às salas de aula das universidades, é preciso o enfrentamento das questões que possam levar à evasão daqueles que, a duras penas, chegaram até ali. Faz-se necessário ampliar as discussões acerca do acesso à educação e ao mercado de

trabalho como direitos sociais. E, nesse processo, a articulação política e o debate público são fundamentais.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Dayani Cris de. A lei geral da acumulação capitalista e a teoria de crise baseada escassez de força de trabalho. **Revista de Economia**, Paraná, v. 34, n. 4, p. 77-98, 31 dez. 2008. <http://dx.doi.org/10.5380/re.v34i4.17169>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/17169-60149-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas paranaenses: avaliação de uma política educacional em ação. **Educ. rev.** [online]. 2019, v. 35, e206349. Epub 17-Jun-2019. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698206349>. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-46982019000100412&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-46982019000100412&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 24 mar. 2021.

BORGES, Patricia Ferreira Bianchini. Novas tecnologias e formação profissional docente. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 31-46, 2018. Quadrimestral. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/761-3947-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/761-3947-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm). Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República  
Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.711**, de 29 de dezembro de 2012. Brasília, DF. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Brasília, DF. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005/2014**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação - Pne e Dá Outras Providências. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CARRANO, Paulo. Jovens, Escolas e Cidades: desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, p. 7-22, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24209>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CASSAB, Clarice. Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. **Perspectiva**, Erechim, v.34, n.128, p. 39-51, dezembro/2010. Disponível em: [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128\\_136.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_136.pdf). Acesso em: 11 fev. 2021.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1214-1238, jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n2/2179-8966-rdp-10-2-1214.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. [s.l.], n.24, set-dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1960.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 fev. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Perspectivas de estudantes em situação de vestibular sobre as cotas universitárias. **Psicologia & Sociedade**. Pernambuco, v. 22, n. 3, p. 486-498, dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-71822010000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822010000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 ago. 2020.

GREGORIM, Clóvis Osvaldo; MARTINELLI, Creud Pereira Santos; NEIVA, Edméa Garcia; CARVALHO, Sandra Helena Terciotti. **Michaelis**: dicionário prático da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramento, 2008.

JARDIM, Fabiana Augusta Alves; ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Expansão recente do Ensino Superior brasileiro: (novos) elos entre educação, juventudes, trabalho? **Linhas Críticas**, [s.l.], v. 22, n. 47, p. 63-85, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4776>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2910>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MACEDO, Mônica Ramos da Costa; OLIVEIRA, Sabrina Guedes de. Uma reflexão sobre o computador e s TIC'S1 como meios de aprendizagem em ambiente escolar. **Recite: Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2018. Semestral. Disponível em: <https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/issue/view/5>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional no Brasil nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, D. H. (org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2013.

PEREIRA, Evelyne Medeiros et al. Educação, “neodesenvolvimentismo” e serviço social: os IFs em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 317-340, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0317.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

RAPOSO, Denise Maria dos Santos Paulinelli; GÜNTHER, Isolda de Araújo. O ingresso na universidade após os 45 anos: um evento não-normativo. **Psicologia em Estudo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 123-131, mar. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722008000100015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 out. 2020.

SAMPAIO, Marcus Vinicius Duarte. **Educação profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local de egressos no mercado de trabalho**. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pósgraduação em Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: [https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/379/SAMPAIO\\_%282013%29\\_-\\_EDUCA%c3%87%c3%83O\\_PROFIOSSIONAL\\_-\\_a\\_expans%c3%a3o\\_recente\\_do\\_IFRN\\_e\\_a\\_absor%c3%a7%c3%a3o\\_local\\_dos\\_egressos\\_no\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/379/SAMPAIO_%282013%29_-_EDUCA%c3%87%c3%83O_PROFIOSSIONAL_-_a_expans%c3%a3o_recente_do_IFRN_e_a_absor%c3%a7%c3%a3o_local_dos_egressos_no_mercado_de_trabalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 07 abr. 2021.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NASCIMENTO, Josilene Barbosa do; MOREIRA, Orlandil de Lima. Motivações e Autoavaliações da Participação Juvenil. In: SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NASCIMENTO, Josilene Barbosa do; MOREIRA, Orlandil de Lima. **Gênero, Participação Política e Novas Sociabilidades da Juventude**. São Paulo: Editora Filiada A Abeu, 2016.

SILVA, Maciel Pereira da. Juventude(s) e a escola atual: tensões e conflitos no “encontro de culturas”. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 46-59, jan./jun. 2015. Disponível

em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/download/28958/pdf/>. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, ViniRabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, São Paulo, v. 24, n. 63, p. 663-678, dez. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000300013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300013). Acesso em: 13 nov. 2020

SILVA, Vitor Gomes da; PASQUALLI, Roberta. A atualidade da pedagogia socialista soviética: um ensaio teórico. **Research, Society andDevelopment**, São Paulo, v. 9, n. 7, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4388>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CASTELLS, M. Internet e Sociedade em rede apud SOUZA, Maria do Socorro; TAMANINI, Paulo Augusto;. Tecnologias digitais e ensino: inclusão para além da inser o. Nuances: estudos sobre Educa o, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 172-187, 31 dez. 2019. **Nuances Estudos Sobre Educa o**. <http://dx.doi.org/10.32930/nuances.v30i1.6721>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/issue/view/422/showToc>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educa o no Brasil. **Educar em Revista**, Paraná,n. 65, p.149-166, set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.47454>. Acesso em: 11 fev. 2021.